

Megaprojetos inconcludentes: Iniciativas de infraestrutura para a Bacia do Rio Trombetas na década de 1970/1980¹.

Emmanuel de Almeida Farias Júnior-UEMA/MA-Brasil

RESUMO

Os “atos de estado” que previam a implantação de megaprojetos de infraestrutura na Bacia do Rio Trombetas (Oriximiná, Pará, Brasil) durante as décadas de 1970-80, intrusaram terras tradicionalmente ocupadas referidas a povos indígenas e quilombolas. Este texto analisa os “efeitos sociais” de processos inconcludentes de instalação do trecho da BR-163 e da Usina Hidrelétrica da Porteira (UHE Porteira), especificamente, sobre o território referido a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira. Pode-se afirmar que, ambas as “situações sociais”, constituem megaprojetos inconclusos. Tais obras de infraestrutura como a do trecho rodoviário Cachoeira Porteira-BR-163 e UHE Porteira foram canceladas, no entanto, os seus “efeitos sociais” foram sentidos e podem ser observados na reorganização territorial. Contudo, a ação do estado, não logrou que quilombolas abandonassem seus territórios, ao contrário, reforçaram elementos étnicos e territoriais.

Palavras-chave: megaprojetos, territorialidades específicas, quilombos.

INTRODUÇÃO

Este texto busca chamar atenção para os chamados megaprojetos inacabados, tenho designado tais situações sociais como megaprojetos inconcludentes, em outros casos semelhantes, pesquisadores como Dominguez (2015), tem designado “megaproyectos fallidos”. Com a designação megaprojetos inconcludentes, me refiro a obras que por algum motivo foram paralisadas, que não podem ser retomadas de onde pararam. Para que seus projetos fossem retomados, estes teriam que começar do zero. Os motivos de sua paralisação, não serão analisados neste texto. Ele aborda os “efeitos sociais” de tais obras de infraestrutura, mesmo que não tenham sido concluídas.

Recentemente, esta questão das “obras inacabadas” foi motivo de uma Subcomissão de Obras Inacabadas, conforme o Requerimento 444/2013 e de uma

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020”

Comissão Especial das Obras Inacabadas-CEOI, no Senado Federal, conforme o Requerimento Nº 584, de 2016. Ambas as comissões objetivavam monitorar as chamadas “obras inacabadas”. Cabe ressaltar, diferentemente das “obras inacabadas” objetos das referidas comissões, as “situações sociais” analisadas aqui, são obras do período civil-militar. Segundo Campos (2012), empresas brasileiras do ramo da construção pesada tiveram amplo apoio do governo de exceção civil-militar, o que dificulta a investigação dessas obras.

Neste texto, a designação megaprojetos tem sido usada para o repertório de ações de empresas privadas ligadas à extração mineral e a obras públicas (rodovias e portos) articuladas com medidas oficiais de planejamento, que objetivam a implantação, no rio Trombetas, de projetos de infraestrutura e geração de energia hidrelétrica. Esta articulação expressa uma coalisão de interesses que articula as esferas públicas e privadas com efeitos diretos sobre os “povos e comunidades tradicionais”.

As Ciências Sociais têm dado especial atenção para os efeitos da implantação de megaprojetos, sejam econômicos ou de infraestrutura. No entanto, pouco se tem chamado atenção para a inconcludência de alguns megaprojetos que caem no esquecimento, como no caso apresentado e de outros no Brasil ou em outros países. Autores como J. Carlos Dominguez (2015) tem analisado tais casos enquanto “megaproyectos fallidos”, referindo-se a situações sociais no México e na Bolívia. Penso que, mesmo que inconcludentes, os distintos megaprojetos exercem “efeitos sociais” concretos, como as tensões sociais.

A análise de eventos substancialmente relevantes, segundo Gluckman, aqueles eventos onde a “[...] a análise revela o sistema de revelações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade” (GLUCKMAN, 2010, p. 238), podem ser chamados de “situação social”. A partir desta perspectiva tenho considerado os projetos de implantação da BR-163 (Trecho Cachoeira Porteira a BR-210, conhecida como “Perimetral Norte”) e da quase implantação da Usina Hidrelétrica da Porteira (UHE Porteira) e seus “efeitos sociais” sobre as relações sociais da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná-Pará.

Proponho-me a pensar a implantação desses megaprojetos como “situações sociais”, segundo Gluckman, as situações sociais “constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas interrelações em uma sociedade particular, podem-se abstrair a

estrutura social, as relações sociais, as instituições etc. daquela sociedade” (GLUCKMAN, 2010, p. 239).

A comunidade² quilombola de Cachoeira Porteira se constitui em uma unidade social etnicamente configurada, composta por unidades familiares com trajetórias históricas, onde, narram os quilombolas, remontam ao passado de fuga do sistema escravista. As terras tradicionalmente ocupadas se referem a territórios compartilhados com distintos povos indígenas durante a ocupação dos rios Trombetas, Cachorro e Mapuera. Tais territórios conquistados permaneceram sobre o controle dos quilombolas, mesmo com a presença da empreiteira que iniciou a construção da BR-163, ou mesmo diante do cercamento pela implantação de unidades de conservação.

O sistema escravista e os quilombos do Trombetas

Os quilombos dos rios Trombetas e Erepecuru se constituem a partir das fugas das plantações de cacau e das fazendas de criação de gado de Óbidos, Santarém ou até mesmo Belém, conforme Marin e Castro (1998), Funes (1997) e O’Dwyer (2002). Os processos sociais de ocupação da bacia do rio Trombetas foram amplamente noticiados por funcionários coloniais, exploradores, naturalistas e missionários. Os relatos de viagens mais relevantes, deste ponto de vista, são: João Barbosa Rodrigues (1875) Orville Derby (1876;1898), Frei Mazzarino (1868) e Henri e Marie-Octavie Coudreau (1898) e Adolpho Ducke (1906).

Os quilombos da Bacia do rio Trombetas foram ainda mencionados por romancistas como Inglês de Sousa. Este nos dá um panorama do sistema escravista no Baixo Amazonas. Dessa forma, o mundo colonial era a paisagem para o naturalismo do escritor. A paisagem literária permite uma leitura romanceada. O escritor obidense publicou os livros como “O Cacaalista” (1876), “O Coronel Sangrado” (1877) e “O Missionário” (1888). O cotidiano escravista compunha as “cenas da vida amazônica”.

A região de Óbidos era também terra de coronéis, comerciantes, plantações de cacau, fazendas de gado, batuques, escravos e “pretos velhos”. Nesta narrativa melancólica, uma “sociedade” escravista era vivida à beira de paranás do rio Amazonas,

² A utilização do termo comunidade neste texto é para fazer referência à forma como os agentes sociais designam empiricamente o *locus* da unidade social estudada. Existe uma ampla discussão acadêmica sobre a noção de “comunidade” ou “comunidade e sociedade”. Cabe brevemente destacar as análises elaboradas por Gusfield (1975), para ele existem dois usos de comunidade em jogo: um territorial (lugar) e um relacional (relações sociais). No entanto, a “comunidade” deve ser tratada como um conceito analítico, um instrumento, não são realidades empíricas; é um conceito dinâmico, uma maneira de pensar as realidades empiricamente observáveis.

onde a força de trabalho escravo era utilizada no “sombrio cacau”, nas criações de gado e nos afazeres de casa. Inglês de Sousa (1968) “retrata” as plantações de cacau, algumas grandes, outras pequenas. Narra a rotina de uma casa grande, as mulatas de casa e os escravos da lida da plantação.

No Baixo Amazonas, a riqueza de um homem era medida pelos pés de cacau e pela escravaria. Inglês de Sousa (1878) destaca literariamente o papel dos escravos negros, como os que preparavam a alimentação, que serviam, que cuidavam da casa e dos animais, que cuidavam da plantação, e como remadores. Deu pouca ênfase nos processos de fuga e para os “mocambos”. Interessava-lhe descrever a vida nas plantações e nas fazendas.

O fato é que os donos de escravos no Baixo Amazonas tiveram inúmeras dificuldades para manter a imobilização da força de trabalho escrava. A floresta, rios, paranás e furos davam condições de possibilidades ilimitadas para as fugas. Assim, é possível afirmar que em praticamente todos os rios da região se formaram quilombos, a partir de distintos processos sociais de fuga. São inúmeras as trajetórias familiares registradas junto aos descendentes dos quilombolas, como a ocupação de lagos, igarapés, várzeas, terra firme e o alto das cachoeiras.

O domínio territorial dos quilombolas se consolidava com a mesma proporção que se davam as fugas. Os povos indígenas nos rios Mapuera, Cachorro, Trombetas e Erepecuru passaram a compartilhar os espaços e recursos naturais com os quilombolas. Segundo Derby, “o numero de quilombólas está continuamente crescendo com os nascimentos e com a chegada de novos fugidos, e actualmente devem se contar muitas centenas d'elles no Trombetas e no Cuminá” (DERBY, 1898, p. 370, grifo meu). As observações feitas pelo naturalista correspondem a década de 1870.

O colonialismo e as novas etnias

No item anterior, se constatam os elementos referidos a dinâmica social do sistema escravista e das fugas e formação dos quilombos no Baixo Amazonas. Este processo de formação de quilombos pode ser analisado a partir da noção de “processos de territorialização”, tal como define Oliveira, para o autor trata-se de um “movimento pelo qual um objeto político-organizativo [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação” (OLIVEIRA, 1999, p. 21).

Poderíamos situar, ainda, George Balandier, com relação a noção de “situação colonial”. Oliveira (1999) repensa tal contexto a partir da noção de “situação histórica” para analisar propriamente o “processo de territorialização”. Segundo Balandier, utiliza o termo “situação colonial” pretende explicar as transformações sociais e territoriais nas colônias, os colonialismos “conduziram à fragmentação de importantes etnias, à quebra de unidades políticas de alguma envergadura ou à constituição de reagrupamentos artificiais” (BALANDIER, 1993, p. 114).

Mahmood Mamdani (2012), também recupera o colonialismo para pensar “o que é uma tribo?”, destaca das políticas coloniais no surgimento de “novas etnias”. Para o autor, o colonialismo resultou na reinvenção do “nativo”, cuja agência e personalidade jurídica seriam doravante consideradas tribal pelo conhecimento colonial e determinadas como tal pelo poder colonial. O autor utiliza a designação “tribo” para pensar a relação colonial entre colonizador e colonizado.

Segundo Mamdani (2012), a identidade tribal combinava com o que os antropólogos chamam de identidade étnica. Existiram casos onde o mesmo grupo étnico foi dividido em várias tribos administrativas. Ainda segundo o autor, houveram casos também, onde as tribos foram designadas arbitrariamente - ou "inventadas", parafraseando Eric Hobsbawm e Terence Ranger em *The Invention of Tradition* (1983). A colonização está posta como um fator impulsionador da chamada “tribo”, ou da criação de “novas tribos”.

Werner Sollors (1989), antes mesmo do Mamdani (2012), tinha se aproximado de Hobsbawm e Terence Ranger, para pensar os grupos étnicos a partir da historicidade, de processos sociais fecundos e da reapropriação do termo “invenção”. Na antropologia, é possível a referência as chamadas “etnias duráveis”, onde segundo Hutchinson e Smith (1996), algumas podem ser rastreadas durante durante vários séculos, mesmo milênios. Por outro lado, para os autores, podemos ainda observar o surgimento de novas etnias e a dissolução das antigas, bem como as muitas transformações da cultura, que etnias existentes foram submetidas.

Penso que esta discussão aproxima-se da definição de quilombos enquanto grupos étnicos, eles não existem enquanto tal nos distintos países africanos. Enquanto grupo étnico, no Brasil, é produto da “situação colonial” tal como elaborada por Balandier (1993) e Mamdani (2012). Tal situação já tinha sido apontada por Almeida,

em “Quilombos e as novas etnias”, de 2011³. Atualmente, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, existem atualmente duas mil e oitocentos e quarenta e sete comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Os quilombos, neste sentido, passam a existir tendo em vista a própria dinâmica colonial. No entanto, é necessário relativizar a legislação colonial, tal como o Conselho Ultramarino de 1740, que segundo Almeida (2011) “frigorifica” realidades empiricamente observáveis, desta forma, no aproximamos da definição de Barth, onde argumenta que “se focar aquilo que é socialmente efetivo, os, grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social” (BARTH, 2000, p. 31).

Neste sentido, podemos pensar o quilombo como uma realidade empiricamente observável que vem a se constituir enquanto grupo étnico, conforme a definição de Barth (2000), ou seja, como “formas organizativas”, que reforçam os caracteres étnicos a partir de fronteiras sociais. Almeida (2011) vai refletir sobre estes grupos sociais que se autodefinem enquanto quilombo, como “novas etnias”. Dessa forma, considera-se as chamadas “novas etnias” parte do processo de colonização.

O rio Trombetas “possue mineraes de toda as especies em grande abundancia”

Nestes processos de fuga e ocupação territorial se originaram distintas unidades familiares e residenciais. Posteriormente, tais unidades residenciais passaram a ser denominadas de “comunidades”, sob a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Contudo, as normas sociais que orientavam o uso dos recursos naturais e ocupação quando a fixação de residências correspondia (mesmo agora) ao que se se convencionou chamar de “sistemas de uso comum”. Dona Maria Pereira, ao narrar estas normas afirma que “ali não tinha esse negócio de dizer tem dono, era liberto esse mundo, então agora aparece essa proibição” (informação verbal)⁴

Ela (Dona Maria Pereira) obviamente está fazendo uma distinção entre o antes e o agora, pois, a partir da década de 1960, as terras tradicionalmente ocupadas referidas

³ Segundo o autor, o texto público em 2011 tinha sido apresentado “ao GT –Terra de Quilombos da ABA, em 1996, e no âmbito do Projeto ABA-F.FORD, coordenado por Eliane C. O’Dwyer, e posteriormente discutida em seminário interno do ISA e divulgada pelo **Documentos do ISA** n.5 intitulado “Direitos territoriais das Comunidades negras rurais”, organizado por Sérgio Leitão, em janeiro de 1999. A atual versão, contendo revisões, achegas e alterações na ordem de exposição foi debatida na reunião da ABA realizada em 1998 em Vitória (ES)” (ALMEIDA, 2011, p. 56).

⁴ Entrevista concedida por PEREIRA, Maria – 72 anos. **Entrevista 2** [2 fev. 2005]. Comunidade Quilombola do Moura, Oriximiná, Pará.

a indígenas e quilombola passaram a contar formalmente como áreas de vocação mineral, seguida da descoberta das jazidas, exploração das minas e da implantação de unidades de conservação financiadas pelo seguimento minerário, como o próprio POLAMAZÔNIA. Estratégia que garantiu o controle da área pelo projeto minerador, seja apoiando à agência ambiental na repressão a utilização dos recursos naturais feita pelos quilombolas, seja minerando a área.

Antes disso, baseados em trabalhos geológicos realizados por membros da Morgan expedition (1870-1871), principalmente os realizados pelo naturalista Orville Derby, o Dicionário Geográfico das Minas Do Brazil publica a seguinte definição para o verbete “Trombetas”: “este rio é o mais caudaloso dos que se juntam com o Amazonas, entre o rio Negro e o mar. Possue mineraes de toda as especies em grande abundancia” (FERREIRA, 1885, p. 4, grifo meu). Concretamente, as pesquisas com vistas a exploração iniciam na década de 1960.

Segundo Machado & Machado (2007), a primeira notícia sobre os “depósitos” de bauxita no Trombetas foi dada a Alcan pelo geólogo Johan Arnold Staargaard. Segundo Machado, Staargaard teria descoberto “bauxita de boa qualidade na área, em tonelagens aparentemente substanciais, data de três de agosto de 1963, reportando resultados de amostras tomadas em reconhecimentos feitos entre 27 de maio e 22 de julho daquele ano” (MACHADO; MACHADO, 2007, p. 4). Segundo os autores, “a confirmação das reservas aconteceu quatro anos depois, em 1967, já com os trabalhos de pesquisas sob a condução de seu sucessor, o geólogo Igor Mousasticoshvily” (MACHADO; MACHADO, 2007, p. 5).

O periódico semanal, **Veja**, de 17 de julho de 1985 relata as descobertas de Igor Mousasticoshvily, elencando o geólogo a um rol de “caçadores de riquezas”. Mousasticoshvily trabalhava para a subsidiária da canadense ALCAN e “descobriu a primeira grande reserva mineral da Amazônia e a maior jazida brasileira de bauxita” (GOMES, 1985, p. 75). O próprio geólogo relatou que “foi uma descoberta tão surpreendente que abalou o mercado mundial de alumínio” (MOUSASTICOSHVILY apud GOMES, 1985, p. 75).

Segundo Machado & Machado (2007), o projeto da MRN foi finalmente implantado no período de 1974 a 1979, ou seja, em seis anos, pela estatal CVRD (41%), que reorganizou a empresa, tendo a Alcan ainda como sócia secundária (19%) e a CBA como sócia nacional (10%). Sendo que a “a operação comercial da empresa foi iniciada em agosto de 1979, com o primeiro embarque de bauxita seca para o Canadá, mas

somente depois de quatro anos, em 1983, começou a apresentar lucro financeiro” (MACHADO; MACHADO, 2007, p. 10).

A RODOVIA BR163 (Trecho Cachoeira Porteira/BR-210)

O sr. Raimundo Adão de Souza lembra que em “Agosto de 1973, a empresa Andrade Gutierrez chegou aqui nesse lugar, na Cachoeira Porteira, lembro bem como se fosse hoje, 15 de agosto de 1973, ela chegou aqui, como empreiteira da DNER” (informação verbal)⁵ Segundo o sr. Raimundo, quando a empreiteira chegou, muitos quilombolas foram trabalhar para ela, as pessoas que tinham documento podiam trabalhar “fichados” e os que não tinham faziam trabalhos como capina, pesca, caça, dentre outros trabalhos informais.

A instalação do “acampamento” provisório da empreiteira Andrade Gutierrez em Cachoeira Porteira constitui-se como a primeira implantação de grandes projetos na calha do rio Trombetas. A Andrade Gutierrez chega ao rio Trombetas, contratada pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens-DNER para implantar o trecho de 220 quilômetros da BR-163, ligando Cachoeira Porteira a BR-210 (conhecida como Perimetral Norte). Os quilombolas que testemunharam a chegada de empreiteira, “ficaram admirados” (informação verbal)⁶, garante o sr. Waldemar dos Santos.

Segundo o sr. Waldemar, ele teria trabalhado como “mateiro” e “guia” para a empreiteira. Seu trabalho foi a abertura da “picada” de 220 quilômetros, de Cachoeira Porteira ao “entroncamento”, designação dado ao encontro da BR-163 com a BR-210. A chegada da Andrade Gutierrez deixou os quilombolas impressionados mediante o “poderio econômico” e a força transformadora da natureza, superior à dos “antigos padrões”. Para o sr. Waldemar dos Santos, a instalação da empreiteira não representou, a princípio, a expropriação da terra. Consideravam-se donos da terra.

Tais núcleos habitacionais da região da Cachoeira Porteira referiam-se a dois núcleos familiares distintos, a família Vieira, a família Santos, integram a família Santos os Adão dos Santos, mas conhecidos como Adão. Unidades familiares referidas a estes “troncos” se juntaram aos seus parentes referidos a Porteira e passaram a habitar as margens da BR-163. Contudo, houveram unidades familiares que optaram por

⁵ Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Adão de – 65 anos. **Entrevista 4** [31 mar. 2012]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.

⁶ Entrevista concedida por SANTOS, Waldemar dos – 77 anos. **Entrevista 1** [31 de mar. 2012]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.

permanecer em seus núcleos habitacionais, tais como Nova Amizade, Tauari, Arrozal e Tapaginha.

Segundo o sr. Raimundo, a empreiteira chegou e se instalou, na medida que ela se consolidava na região ela modificava as relações, ele explica que “esse povo tu não conhece, eles chegam aqui parece um coitadinho, mas são um leão, ninguém vai saber quem é ele, rapaz, é o que acontece, as empresas chegam aqui, olha agora como está na mineração” (informação verbal).⁷ O entrevistado usa como forma explicativa o modelo segregacionista da MRN para me explicar como funcionada a “vila” da Andrade Gutierrez.

“Essa vila da Gutierrez está em cima de onde era dos Vieira” (informação verbal) ⁸, localizado ao lado da “Casa Porteira”⁹, contando, do ponto inicial de Cachoeira Porteira em direção a BR-210, a “vila” da Andrade Gutierrez, foi localizada na margem esquerda da BR-163, entre a rodovia e o rio Trombetas, do “Club de Festas” da “vila” era possível avistar as corredeiras do rio Trombetas. Tendo em vista a pista de pouso e a “vila” tal área era de aproximadamente 2.900.000,00m². A construção da estrada prosseguiu, foram feitas picadas, serviços de topografia e terraplanagem.

A empreiteira “firmou a vila” e estabeleceu normas segregacionistas que separava os “funcionários” dos moradores da Porteira, na “vila” tinha a área destinada a residência de engenheiros, de trabalhadores do segundo escalão e alojamentos para o restante dos trabalhadores. Os “funcionários” referidos a empreiteira estavam encastelados na “vila”, para resolver o “problema” relacionado as famílias quilombolas, a empreiteira construiu um local para servir de posto médico para a realização de exames de malária e uma escola improvisada, ambos fora da “vila”.

Este trecho da BR-163 era para ser constituído da seguinte forma, Trecho BR-210/Cachoeira Porteira, Trecho Cachoeira Porteira/ Rio Cuminã, Trecho Rio Cuminã/PA-439 (acesso a Oriximiná) e PA-254 (que segue até a margem do rio Jari). Segundo o sr. Raimundo Adão de Souza, as obras de construção da estrada paralisaram, em 1976, ficaram poucas pessoas, somente uma equipe de conservação. Durante este período, o trecho referido a Cachoeira Porteira-BR-210 estava implantado.

⁷ Entrevista concedida por SOUZA, Raimundo Adão de – 65 anos. **Entrevista 4** [31 mar. 2012]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.

⁸ Entrevista concedida por SANTOS, Vicente Vieira dos – 80 anos. **Entrevista 15** [15 maio 2012]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.

⁹ Estabelecimento comercial referido ao “patrão” chamado Cazuza Guerreiro.

De acordo com o Ministério dos Transportes¹⁰, o trecho Cachoeira Porteira corresponde ao km 1.419,2 e o Entroncamento com a BR-210 corresponde ao km 1.639,2, portanto, 220 quilômetros. Ainda segundo o Ministério dos Transporte, este trecho estaria “implantado”, mas “não pavimentada”. O próximo passo seria a pavimentação. O referido trecho rodoviário abarca pontos já referidos em estudos de aproveitamento hidrelétrico, como o Tajá, no rio Trombetas.

A mudança da matriz energética da Mineração Rio do Norte-MRN ocasionou a não renovação com a Andrade Gutierrez, “o relatório de 1989 da MRN, informa o encerramento em 31/10/90 do contrato de fornecimento de madeira pela Andrade Gutierrez para a produção de lenha, fonte energética utilizada na planta de secagem de bauxita” (MARIN; CASTRO, 1998, p. 231). A secagem à lenha foi substituída por usinas termoelétricas.

O início do processo de exploração florestal para a secagem da bauxita acontece no mesmo ano que a MRN embarca o primeiro carregamento de bauxita, no mesmo ano que é criada a REBIO Trombetas, ou seja, em 1979. A exploração de florestal desordenada, ao longo da margem esquerda da BR-163. A estrada de piçarra separava a exploração florestal da REBIO Trombetas. Coisa de poucos metros. De acordo com o periódico **O Liberal**, de 01 de fevereiro de 1989, o funcionário da MRN, na época informou que a MRN tinha uma autorização expedida pelo IBDF, datada de 1984 para a exploração florestal nos limites de onde seria o lago da UHE Cachoeira Porteira.

A devastação florestal garantiu o processo de secagem da bauxita embarcada em Porto Trombetas, uma autorização expedida pelo IBDF, em 1984, permaneceu sem explicação até 1989, segundo os periódicos da época. A área desmatada referia-se a margem esquerda do rio Trombetas, a montante de Cachoeira Porteira, abrangendo uma área de aproximadamente 14.000 hectares. Área considerada pequena diante da totalidade do lago, com 1.094 km², ou seja, quase a mesma proporção da REBIO Trombetas, que possui 385.000 (trezentos e oitenta e cinco mil hectares). Tendo em vista os outros projetos hidrelétricos planejados para o estado do Pará, a edição do periódico **O Liberal**, de 06 de agosto de 1989, tinha como manchete a declaração que “2,3% do Pará poderão ser inundados”.

¹⁰ Conforme tabelas obtidas em 11 de junho de 2012, no site: www2.transportes.gov.br/bit/02-rodo/3-loc-rodo/br-163/gbr-163.htm.

Cachoeira Porteira experimentou altos e baixos populacionais, muitos trabalhadores de cidades vizinhas foram atraídos pela oferta de emprego, os trabalhadores que não conseguiam se “fichar” seguiam em frente em busca de outra oportunidade. Com o encerramento do contrato para o fornecimento de madeira para a MRN, a Andrade Gutierrez, conhecendo os planos oficiais que previam a construção de uma UHE na região de Cachoeira Porteira, aproveitou a oportunidade e alugou sua estrutura para a ENGE-RIO, empresa de pesquisa energética contratada pela Eletronorte para a realização dos Estudos e levantamentos do impacto ambiental da futura UHE de Cachoeira Porteira (ENGE-RIO/INPA).

UHE PORTEIRA

Segundo Fearnside (2015), o planejamento de hidrelétricas como a Balbina e Cachoeira Porteira, era oficialmente explicado em decorrência do aumento da demanda de energia por centros urbanos como Manaus. Segundo o autor, “[...] subestimativas grosseiras do crescimento da população e da demanda da energia em Manaus, são as explicações oficiais para a decisão inicial” (FEARNSIDE, 2015, p. 101). Balbina foi efetivamente construída, ocasionando enorme desastre ambiental e social.

Para outros autores, como Ferreira (1993), a construção da UHE Cachoeira Porteira foi “inicialmente idealizada para atender à demanda energética da denominada Área da Bauxita, situada às margens do rio Trombetas, onde estava prevista a instalação de um complexo mînerometalúrgico” (FERREIRA, 1993, p. 11). Esta relação com o projeto minerador estava posta desde a paralisação do trecho da BR-163, quando a Andrade Gutierrez passou a retirar madeira do possível lago da represa para ser utilizada na planta de secagem de bauxita da Mineração Rio do Norte.

Entre 1973 a 1976 foram realizados “estudos hidrelétricos” das bacias hidrográficas dos rios Trombetas e Erepecuru, no Estado do Pará, Uatumã e Jatapu, no Estado do Amazonas, e Cotingo, no antigo Território Federal de Roraima. Em 1981, de acordo com o Plano de Trabalho 02/81, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE, foram destinados recursos para o “Estudo do Potencial Hidrelétrico do Rio Trombetas”.

Em 1985, no Relatório de Atividades-Exercício de 1984, a ELETRONORTE comunica os acionistas que “prossegiram os estudos de viabilidade da UHE Cachoeira Porteira, no rio Trombetas” (BRASIL, 1985). E, em 1988, a o chefe da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, através da Portaria nº 224, de 23 de setembro de

1988, aprova o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Usina Hidrelétrica Cachoeira Porteira, apresentado pela ELETRONORTE.

Os estudos hidrelétricos de Cachoeira Porteira foram realizados pela ENGE-RIO, que firmou parceria com o INPA para a realização de estudos de impacto ambiental, como por exemplo, os estudos florísticos. Em 1987, o estudo de viabilidade foi finalizado e entregue pela ENGE-RIO, estudos acadêmicos produzidos no âmbito dos estudos para a UHE Cachoeira Porteira, indicavam a construção da “futura antiga” UHE como certa.

Na edição de 06 de janeiro de 1989, **O Liberal** publica que a SESPА montaria uma equipe para analisar os Relatórios de Impactos Ambientais-RIMA de Cachoeira Porteira e Kararaô (Belo Monte-Altamira, Pará). O RIMA da UHE Cachoeira Porteira teria sido entregue no início do ano de 1987, sendo emitida uma Licença Prévia. A edição do dia 11 de janeiro de 1989, do mesmo periódico, a SESPА comunicou a ELETRONORTE a necessidade da realização de uma audiência pública para discutir em Oriximiná a concessão da Licença de Instalação. Nessa mesma ocasião a ELETRONORTE protocola um ofício solicitando informação para a publicação do edital de licitação para as obras de infraestrutura e construção da usina até março de 1989.

Na edição de 06 de janeiro de 1989, **O Liberal** publica que a SESPА montaria uma equipe para analisar os Relatórios de Impactos Ambientais-RIMA de Cachoeira Porteira e Kararaô (Belo Monte-Altamira, Pará). O RIMA da UHE Cachoeira Porteira teria sido entregue no início do ano de 1987, sendo emitida uma Licença Prévia. A edição do dia 11 de janeiro de 1989, do mesmo periódico, a SESPА comunicou a ELETRONORTE a necessidade da realização de uma audiência pública para discutir em Oriximiná a concessão da Licença de Instalação. Nessa mesma ocasião a ELETRONORTE protocola um ofício solicitando informação para a publicação do edital de licitação para as obras de infraestrutura e construção da usina até março de 1989.

Neste período, segundo o sr. Raimundo Adão de Souza, a Andrade Gutierrez mantinha duas frentes, o apoio a ENGE-RIO e a venda de madeira para a MRN, atividade que a empreiteira manteve na região por uma década, explorando sistematicamente os recursos florestais para serem utilizados como combustível para secagem da bauxita a serem embarcadas em navios. O sr. Raimundo Adão narra que a Andrade Gutierrez cortou a “madeira do quilometro zero até o quilometro vinte e cinco,

até as estradas, a zero, a um, a dois, a três, a quatro, a cinco, a seis, tendo a estrada de trabalho, S0, S1, S2, S3, S4, tudo isso era estrada, eles cortaram subindo a estrada só a esquerda” (informação verbal)¹¹

Segundo o sr. Raimundo Adão de Souza, o “Pioneiro”, “era uma vila mesmo, toda estruturada com tudo dentro, cozinha, motor, energia tudo, água encanada, tudo, enfermaria [...], eles construíram exatamente nessa década de setenta e oito pra setenta e nove” (informação verbal). Segundo o sr. Flori Oliveira, funcionário da Andrade Gutierrez que tem filhos casados com mulheres *quilombolas* conta que “era da Andrade Gutierrez, e a Andrade Gutierrez não dispensava, se alugava uma casa pra ENGE-RIO, era pago, então por isso que ela fez mais essa” (informação verbal)¹²

O trabalho da ENGE-RIO pode ser descrito pelo sr. Francisco Adão Viana dos Santos, descendente de uma família de antigos “mocambeiros”, ele trabalhou como guia/barqueiro/ajudante dos trabalhos de pesquisa, segundo ele, o “trabalho deles era o seguinte: -‘vamos construir uma barragem’, entrava na mata cortando os picos pra ver o perfil do terreno, tinha a parte de sismografia, a parte da geologia, detonava a terra [...] O que que eles diziam: ‘aqui vai existir uma barragem, isso aqui vai inundar’ (informação verbal)¹³.

Os quilombolas foram incorporados por esse novo “poderio econômico”, que se constituíram em “novos senhores”, como analisa Oliveira (1999). Essa nova “configuração” era possível isolar aqueles que contrariavam os interesses econômicos do “estado”. Contudo, mesmo ligados ao sistema de trabalho instituído pelo “novo” pode econômico local, as atividades agrícolas, extrativas e de coleta da castanha, continuava sendo praticada por aqueles que por ora não estavam incorporados pelas empreiteiras.

Documentos como o **Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993–PDMA** (Vol. I), indicam que a UHE Cachoeira Porteira estava prevista para ser executada em duas etapas (rio Trombetas e Mapuera). A primeira etapa, referida ao rio Trombetas estava prevista para iniciar a construção em 1992, com o início da

¹¹ Entrevista concedida por SANTOS NETO, Francisco Adão dos – 74 anos; SANTOS, Francisco Adão Viana dos; SOUZA, Raimundo Adão de – 65 anos. **Entrevista 18** [27 maio 2012]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.

¹² Entrevista concedida por OLIVEIRA, Flori Adalberto Almeida de – 50 anos. **Entrevista 29** [29 abr. 2013]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.

¹³ Entrevista concedida por SANTOS NETO, Francisco Adão dos – 74 anos; SANTOS, Francisco Adão Viana dos; SOUZA, Raimundo Adão de – 65 anos. **Entrevista 18** [27 maio 2012]. Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará.

operação prevista para junho de 1997, inundando uma área de aproximadamente 912 km². O mesmo estudo os custos do alagamento dessa região não seriam elevados devido ao baixo nível de atividades econômicas, ausência/precariedade de infraestrutura e solos poucos inférteis.

Tanto o Vol. I, quanto o Vol. II do **Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993–PDMA**, não se referem às *comunidades quilombolas* impactadas pelo reservatório, mencionam o impacto as tartarugas, a REBIO e a Terra Indígena Nhamundá-Mapuera, estes últimos considerados como impacto indireto. Contraditoriamente, ou não, apresenta a área do reservatório, ou seja, o lago formado pela barragem, como uma proposta de “área ambiental” a ser implantada. Uma “área ambiental” com as mesmas dimensões do lago, 912 km².

Entre a implantação da BR-163 e a realização dos estudos para a construção da UHE de Cachoeira Porteira, houve em Cachoeira Porteira um aumento significativo de pessoas, inclusive com a chegada até os centros urbanos próximos da notícia que a ENGE-RIO estava fazendo estudos para a construção de uma barragem. A ENGE-RIO tinha também “seu acampamento”, em um lugar chamado de “Pioneiro”, também “cedido” pela Andrade Gutierrez.

Os jornais do final da década de 1989 noticiavam as discussões em torno da construção da UHE Cachoeira Porteira. O periódico **O Liberal**, de 16 de julho de 1989, noticia a criação da Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná-ARQMO, na comunidade quilombola do Jauari, durante o II Encontro de Raízes Negras. De acordo com a sra. Zélia Amador, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-CEDENPA, a ARQMO foi constituída objetivando a efetivação do Art. 68-ADCT/CF88, foi também decido neste encontro a realização de uma manifestação em Oriximiná contra a UHE Cachoeira Porteira.

A ARQMO criou, em 1990, **A Ronqueira – informativo da Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná**. Um informativo para noticiar o expediente da associação, como também se posicionar contra o projeto de UHE, sobre os danos ambientais provocados pela MRN e sobre as arbitrariedades impetradas pelos órgãos ambientais. O informativo foi utilizado ainda para disseminar informações históricas sobre o processo de formação dos quilombos do Trombetas e Erepecuru.

Devido à não execução das obras da UHE Cachoeira Porteira, ainda no início da década de 1990, houve o esvaziamento demográfico, foram embora todos aqueles

que não tinham vínculo com a empreiteira. A Andrade Gutierrez manteve até 2003, cerca de cinco funcionários para vigiar alguns bens da empreiteira que ainda estavam em Cachoeira Porteira. Depois disso, os últimos funcionários mudaram-se para Oriximiná ou outros centros urbanos. As casas da “vila” e do “acampamento Pioneiro” foram doadas para a Prefeitura de Oriximiná que as desmanchou e doou para algumas famílias de cabos-eleitorais em Cachoeira Porteira, ao longo do rio Trombetas e mesmo na cidade de Oriximiná.

Tem que se mencionar que durante as intensas relações sociais de fronteira, foram estabelecidas distintas relações, como compadrio, matrimônio ou amizade. Dessa forma, algumas unidades familiares de pessoas vindas de outros lugares permaneceram em Cachoeira Porteira, sendo incorporados pelos quilombolas. Este é o caso da família do sr. Flori, que tem filhos casados com mulheres quilombolas. Comumente, aqueles que não estabeleceram nenhum desses vínculos acabaram abandonando o local.

Com o projeto de construção da UHE Cachoeira Porteira parado por mais de uma década, “novos” estudos foram contratados para inventariar o potencial hidrelétrico da bacia do rio Trombetas. Tais demandas encontraram novos obstáculos: as comunidades quilombolas de Oriximiná se organizam em distintas associações, 35 delas estão filiadas à ARQMO, com longo processo de reivindicação territorial, e Cachoeira Porteira representada juridicamente pela AMOCREQ-CPT, articulada independente da ARQMO, com processo de reivindicação territorial protocolado em 2004 junto ao ITERPA. Os povos Katxuyana, Tunayana e Kahyana retornaram as suas “terras tradicionalmente ocupadas”. Também reivindicam a homologação da de terra indígena.

Nesta “configuração” de entidades representativas organizadas e de tensões diante dos processos de reivindicação territorial, a Empresa de Pesquisa Energética-EPE, através da Concorrência no-CO-EPE-001/2006 – Contrato nº EPE-028, contratou a empresa HYDROS Engenharia Ltda., para a realização de estudos de inventário da bacia hidrográfica do Rio Trombetas, incluindo a sua avaliação ambiental integrada, pelo valor de R\$ 4.467.900,00, por um período de dois anos.

O Relatório de gestão da Empresa de Pesquisa Energética – EPE Exercício 2008, do montante de R\$ 4.467.900,00, foram realizados 1.563.765,00. Segundo o referido relatório, a área de drenagem da bacia do rio Trombetas (Trombetas, Turuna, Cachorro, Mapuera e Erepecuru) é da ordem de 135.240 km², com potência estimada de 4.940 MW. O levantamento realizado pela Hydros Engenharia Ltda., que teve o

contrato interrompido em 2008, refere-se ao levantamento preliminar de locais barráveis e o levantamento da bacia hidrográfica.

Consta no referido relatório da EPE, que a empresa Hydros Engenharia Ltda. teve dificuldades para a realização do estudo de inventários da bacia hidrográfica do rio Trombetas, a “mais relevante foi devido à resistência das comunidades remanescentes de quilombos em permitir a passagem da equipe técnica pelo rio Erepecuru, fato que impede o acesso a uma parte da bacia do rio Trombetas” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2009, p. 102, grifo meu). Diante a interrupção do Contrato nº EPE-028, a EPE abriu nova licitação.

Dessa forma, a EPE abriu a Licitação: CO.EPE.004/2013, “para contratação de prestação de serviços de consultoria técnica especializada para elaboração de estudos socioambientais para o inventário hidroelétrico da bacia hidrográfica do Rio Trombetas” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2013, p. 144). A empresa vencedora foi o Consórcio FERMA/IGPLAN, por R\$ 2.894.345,00¹⁴. A Secretaria do Estado de Meio Ambiente - SEMA emitiu a Autorização 2329/2013¹⁵ para a realização dos estudos pelo Consórcio FERMA/IGPLAN.

CONSIDERAÇÕES

Temos dois momentos distintos. Apesar de evidenciar a existência de organizações resistentes à construção da UHE Porteira, este texto não pretende discutir os motivos da paralização das referidas obras, pretendo aqui destacar os “efeitos sociais” de tais empreendimentos, explicitando estratégias localizadas de coexistência/resistência. Como se observa, apesar da cooperação por parte dos quilombolas na década de 1970, atualmente lhes preocupa a regularização fundiária. Diante dos recentes “atos do estado” para realização de estudos para o aproveitamento hidrelétrico, os quilombolas de Cachoeira Porteira têm rejeitado qualquer iniciativa neste sentido.

Como vimos, tanto os quilombolas do Erepecuru, quanto os quilombolas do Trombetas têm rejeitado as iniciativas de estudo para o aproveitamento hidrelétrico. Assim, tanto os estudos a serem realizados pela Hydros Engenharia Ltda, quanto os

¹⁴ Segundo dados do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, os investimentos para a realização do Inventário - Bacia do Rio Trombetas - AM PA RR, perfazem o montante de R\$24.612.000,00, executados pela Empresa de Pesquisa Energética-EPE. Fonte: <http://www.pac.gov.br/obra/1354>. Acessado dia 04 de maio de 2016.

¹⁵ Cf. Recomendação 3º OFÍCIO/PRM/STM Nº 4, 22 DE AGOSTO DE 2014.

estudos a serem realizados pelo Consórcio FERMA/IGPLAN, fracassaram. Mesmo assim, diante destes “atos de estado” (BOURDIEU, 2014), que implicam na repetição de estudos já realizados, podemos perguntar: se os estudos para a construção da UHE Trombetas estavam concluídos, se existia uma Licença Prévia, por que tais estudos de aproveitamento hidrelétrico?

Os esquemas interpretativos que têm se dedicado à compreensão de “situações sociais” com o “intrusamento” pelos “megaprojetos”, não são suficientes para a realidade empiricamente observável ora analisada. Os quilombolas de Cachoeira Porteira não se veem como vítimas neste processo em que a consolidação do território étnico se dá pelas inconcludências. Pode-se dizer que é uma situação de “megaprojetos” de infraestrutura e hidrelétricos inconcludentes diante de territórios conquistados pelos quilombolas de Cachoeira Porteira, onde o território tem estado sob o domínio dos quilombolas e os “efeitos sociais” da “intrusão” são finitos.

Os quilombolas de Cachoeira Porteira desenvolveram estratégias de resistência diante da “intrusão” para a implantação de grandes projetos. Não me refiro a reações violentas ou de enfrentamento. Incentivaram relações sociais visando, espontaneamente, o acesso aos meios de educação – escola. Atualmente, muitos narram com orgulho o fato de conseguirem educar os filhos. Cachoeira Porteira tem incentivado a formação de professores membros da comunidade quilombola.

Tal estratégia era desenvolvida diante de uma coexistência marcada pela vivência de tensões sociais, entre elas a que culminou na expulsão dos filhos do sr. Waldemar dos Santos. A presença da empreiteira Andrade Gutierrez representava um superpoder econômico, muito superior aos “antigos patrões”, tais forças econômicas se colocaram como “novos senhores”/ “novos patrões”. Dessa forma, pode-se delinear uma disposição histórica para a coexistência com tais projetos.

Objetivo a crítica à visão reducionista da noção de identidade étnica. O fluxo de pessoas representado nos projetos de infraestrutura não ocasionou a desmobilização das unidades familiares quilombolas, ao contrário, este teria reforçado as relações nas “fronteiras sociais” produzindo diferenças que culminaram na mobilização étnica. Segundo Barth, “grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas” (BARTH, 2000, p. 27).

Neste sentido, a noção de grupo étnico não pode estar reduzida ao isolamento geográfico. Assiste-se nas últimas décadas o aumento do número de organizações

indígenas e quilombolas em perímetros urbanos. Tais agrupamentos têm sido denominados de “índios na cidade” ou “índios urbanos”, ou ainda “quilombos urbanos”. Tais referências não são meras divisões da oposição rural/urbano já que esta é geográfica. Elas expressam um dualismo conceitual a ser levado em conta nas análises sociológicas.

Comumente se imagina o “quilombo” como continuidade de uma situação histórica. Segundo Barth (2000), a vida diante do fluxo de pessoas em distintas “fronteiras sociais” não elimina a identidade, são criados mecanismos para reforça-las, tais mecanismos segundo o autor, constituem-se em “traços diacríticos”. Contudo, “não devemos pensar os materiais culturais como tradições fixas no tempo que são transmitidas do passado, mas sim como algo que está basicamente em um estado de fluxo” (BARTH, 2005, p. 17).

Assim, o que se designa como quilombos, são “formas organizativas” dinâmicas e envolvem milhares de realidades empiricamente observáveis. Os chamados “quilombos do rio Trombetas”, “quilombos do rio Erepecuru”, nunca estiveram isolados, seja dos centros urbanos, seja do mercado consumidor que absorvia seus produtos agroextrativistas como cacau, tabaco e castanha. Os padrões de relação estabelecidos com os funcionários das distintas empreiteiras seguiram padrões anteriores como as relações com regatões, patrões e outros como viajantes e exploradores.

Neste sentido, os quilombolas de Cachoeira Porteira não se viam como “funcionários” das empreiteiras ou num esquema de subordinação. Apesar da superioridade econômica, com apoio do aparato estatal civil-militar, as empreiteiras não lograram separar os quilombolas dos seus meios de produção. Como também não logrou o enfraquecimento de traços diacríticos e laços familiares, embora as relações de vizinhança tenham sido reorganizadas, tendo em vista o deslocamento das unidades residenciais e o estabelecimento de novas áreas residenciais como a margem da BR-163 e o chamado “Beiradão”.

Assim, retomo a discussão sobre a noção de “situações sociais” tal como vista por Gluckman (2010), a “situação social” como eventos que proporcionam a explicitação de estruturas sociais, como relações de vizinhanças, relações de poder e residência. Um dos “efeitos sociais” propriamente ditos foi a reorganização espacial das unidades residenciais e as relações de vizinhança, devido o deslocamento das unidades familiares quilombolas do “antigo” lugar da Porteira para a “beira da estrada”. Durante

a implantação dos referidos megaprojetos, as unidades residenciais referidas às famílias quilombolas compartilharam a vizinhança das famílias de trabalhadores não residentes na “Vila da Andrade Gutierrez”.

Mesmo assim, os quilombolas de Cachoeira Porteira não se viam despossuídos dos meios de produção. Passaram, por exemplo, a reorganizar o modo de produção da castanha-do-brasil, aos poucos foram substituindo os chamados patrões e regatões. Quilombolas da própria localidade foram se especializando na compra e venda da castanha. Atualmente, dentro de Cachoeira Porteira, os negócios que envolvem a castanha-do-brasil, são totalmente feitos pelos próprios quilombolas.

Inconclusive Megaprojects: Infrastructure initiatives for the Trombetas River Basin during the 1970's to 1980's.

ABSTRACT

The “acts of the state” which predicted the implementation of megaprojects for infrastructure in the Trombetas River Basin (Oriximiná, Pará State, Brazil) during the 1970's to 1980's, invaded traditionally occupied lands related to indigenous and quilombola peoples. This text analyses the “social effects” of inconclusive processes for the installation of highway BR-163 and the Porteira Hydroelectric Company (UHE Porteira), more specifically the territory relevant to the Cachoeira Porteira quilombola community. It is possible to affirm that both “social situations” constitute inconclusive megaprojects. Such infrastructure works like the Cachoeira Porteira-BR-163 Interstate Highway and the Porteira Hydroelectric Company (UHE) were canceled. However, their “social effects” were felt and can be observed in the territorial reorganization. Nevertheless, the state action did not succeed in getting quilombolas to abandon their territories. On the contrary, ethnic and territorial elements were reinforced.

Keywords: megaprojects, specific territorialities, quilombos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- BALANDIER, G. A noção de situação colonial. **Caderno de Campo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 107-131. 1993.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2000.
- _____. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, Niterói, n. 19, p. 15-30. 2005.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Estradas e Rodagens. Portaria nº 29. Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, na rodovia de acesso à Perimetral Norte, trecho Oriximiná — Cachoeira Porteira. Brasília, 1978.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA/ELETRONORTE. Relatório de Atividades - Exercício de 1984. Brasília, 1985.
- CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. 584f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012.
- DERBY, O. A. O rio Trombetas. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, Belém, Tomo 2, p. 366-382. 1898.
- DOLZANI, L. O Cacauleta: cenas da vida do Amazonas. **Baixo Amazonas**, v. 7, n. 1, p. 2-3. 1878.
- DOMINGUEZ, J. C. **Megaprojectos fallidos em Latinoamérica: sociologia histórica e política comparada**. México: Instituto Mora, 2015.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Relatório de gestão da Empresa de Pesquisa Energética – EPE Exercício 2008**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- _____. **Aviso de Licitação - Concorrência N.CO.EPE.004/2013**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=144&data=28/08/2013>>. Acesso em: 25 de maio 2016.
- FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015. 296 p.

FERREIRA, E. J. Composição, distribuição e aspectos ecológicos da ictiofauna de um trecho do rio Trombetas, na área de influência da futura UHE Cachoeira Porteira, Estado do Pará, Brasil. **Acta Amazônica**, Belém, v. 23, n. 1/4, p. 1-89. 1993.

FERREIRA, F. I. **Dicionário Geográfico das Minas no Brasil**: concatenação de notícias, informações e descrições sobre as minas extrahidas de documentos oficiais, memórias, histórias, revistas, dicionários, cartas geográficas, roteiros, viagens, explorações de rios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

FUNES, E. A. Nasci nas matas nunca tive senhor: histórias e memórias dos mocambos do Baixo Amazonas. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 7, n. 7, p. 137-142. 1997.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010. p. 237-364.

GOMES, L. Caçadores de riquezas. **Veja**, São Paulo, 17 jul. 1985, p. 74-76.

HUTCHINSON, J.; SMITH, A. **Ethnicity**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1996, p. 3-14.

MACHADO, R. D. C.; MACHADO, M. H. M. R. **Implantação do Projeto Trombetas na Amazônia**: de 1962 a 1972. 62o CONGRESSO ANUAL DA ABM, 23 a 27 de julho de 2007. Vitória: [s.n.]. 2007.

MAMDANI, M. What is a tribe? **London Review of Books**. v. 34, n. 17, p. 20-22. 2012.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. R. D. **Negros do Trombetas**: guardiães das matas e dos rios. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.

MINERAÇÃO Rio do Norte sofre vistoria por técnicos da SESPA. **O Liberal**, Belém, 1 fev. 1989, p. 05.

O LIBERAL. 2,3% do Pará poderão ser inundados. **O Liberal**, Belém, 06 ago. 1989, p. 04.

O'DWYER, E. C. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminã. In:____. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 255-280.

OLIVEIRA, J. P. de (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural do nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

QUILOMBOS passeiam contra a hidrelétrica, em Oriximiná. **O Liberal**, Belém, 16 jul. 1989, p. 09.

SESPA vai montar equipe para avaliar relatórios. **O Liberal**, Belém, 6 jan. 1989, p. 20.

SOLLORS, W. Introduction. In: _____. **The Invention of Ethnicity**. New York: Oxford University Press, 1989. p. 9-20.

SOUSA, I. de. **O Coronel Sangrado**: cenas da vida no Amazonas. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.